

Nota Informativa

Edição 81/2024

DESTAQUES

Transferência de créditos de ICMS entre empresas do mesmo titular deixa de ser obrigatória

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

IBGE defende sistema de centralização de dados e estatísticas federais

Ao deixar TSE, Moraes cobra regulamentação das redes sociais

GT de Cultura do G20 discute impacto da inteligência artificial na produção do setor e regulação das plataformas de streaming

CADE também quer regular inteligência artificial e sugere sandbox antitruste

Inteligência artificial: comissão tem até julho para votar regulamentação

Presidente da Argentina quer fazer do país o 4º maior polo de IA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MP cobra medidas para identificar eventual desvio de finalidade do Copom

CONSUMIDOR

Câmara aprova imposto para compras internacionais de até US\$ 50

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Caged mostra crescimento consistente do emprego, segundo economistas

Saldo de operações de crédito garantidas pela União atinge R\$ 282,07 bilhões no primeiro quadrimestre

De cosméticos a cimento e fios, bioeconomia tem potencial de gerar US\$ 592 bilhões por ano até 2050

Missão do FMI aponta avanços do Brasil em políticas econômicas e desenvolvimento sustentável

ORÇAMENTO

Governo terá de pagar R\$ 4,7 bi por um único precatório em 2025; fatura total é de R\$ 100 bi

Congresso derruba 28 vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024

Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO

Congresso acrescenta R\$ 85,8 milhões no Orçamento 2024 para inclusão digital

POLÍTICA

Congresso mantém veto a dispositivo que criminaliza a disseminação de fake news em eleições

SOCIAL

Brasil tem saldo de 958 mil empregos formais em quatro meses, melhor resultado desde 2011

DESTAQUES

Transferência de créditos de ICMS entre empresas do mesmo titular deixa de ser obrigatória

Poder Legislativo | 28/05/2024 – 18h28min

O Congresso Nacional reincluiu na Lei Complementar (LC) 204/2023 dispositivo que estabelece a possibilidade de o contribuinte promover, ou não, a transferência de créditos escriturais de ICMS nas transferências de mercadorias entre seus estabelecimentos. Para isso, os parlamentares derrubaram na terça-feira (28) o veto presidencial (VET 48/2023) que mantinha a obrigatoriedade dessa transferência de créditos entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. Senadores e deputados rejeitaram o veto sobre o artigo 1º da lei que trata da não incidência de ICMS nas transferências de mercadorias, na parte em que altera o parágrafo 5º do artigo 12 da Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996). A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva evitava que empresas beneficiadas por incentivos fiscais do ICMS deixassem de usufruí-los por não pagarem o tributo nas transferências de mercadorias. Agora com a derrubada, a norma permite às empresas equiparar a operação àquelas que geram pagamento do imposto, aproveitando o crédito com as alíquotas do estado nas operações internas ou as alíquotas interestaduais nos deslocamentos entre estados diferentes. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

IBGE defende sistema de centralização de dados e estatísticas federais

Poder Executivo | 29/05/2024 – 13h09min

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, defendeu, na quarta-feira (29) a criação do Sistema Nacional de Geociências, Estatística e Dados (Singed). A ideia é centralizar dados produzidos pelos diferentes órgãos governamentais, sob a coordenação do IBGE, como era feito até 1964. Para isso, no entanto, é necessária uma mudança na legislação brasileira, a ser feita pelo Congresso Nacional.

"Cada instituição tem seu banco de dados, seu dado administrativo, e a gestão desse processamento implica custos. Esse sistema permitiria reduzir custos", afirmou Pochmann.

Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ao deixar TSE, Moraes cobra regulamentação das redes sociais

Poder Judiciário | 29/05/2024 – 12h18min

Ao discursar na sua última sessão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes voltou a defender a regulamentação das redes sociais e deu recados para o Congresso e o Executivo. "Não é possível admitirmos que haja continuidade no número massivo de desinformação, anabolizada pela inteligência artificial. Não é mais possível que toda a sociedade e demais Poderes aceitem essa continuidade sem regulamentação mínima", afirmou. Moraes destacou que, na sua gestão, o TSE avançou no combate à desinformação nas eleições de 2022, na jurisprudência e nas resoluções para o pleito municipal de 2024. De acordo com ele, a Justiça Eleitoral continuará a combater "essa verdadeira lavagem cerebral feita por algoritmos não transparentes e, em alguns casos, viciados". Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

GT de Cultura do G20 discute impacto da inteligência artificial na produção do setor e regulação das plataformas de streaming

Poder Executivo | 28/05/2024 – 19h57min

As novas tecnologias estiveram na pauta dos debates do primeiro dia da 2ª Reunião Técnica do Grupo de Trabalho de Cultura do G20. Na terça-feira (28) foram abordadas as estratégias dos governos em relação à inteligência artificial e seu impacto na produção cultural e como os países regulamentaram as plataformas de streaming. Participaram da atividade no prédio da Regional Brasília do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), representantes do Ministério da Cultura (MinC), integrantes do Grupo, de países convidados e de organizações internacionais. "Acreditamos que a inteligência artificial generativa e o ambiente digital trazem muitas oportunidades para os criadores e para a criação de trabalhos. No entanto, eles também apresentam o desafio mais significativo que as oficinas e trabalhos culturais de direito autoral estão lidando. No Brasil, atualmente estamos discutindo o tema com o Congresso e com o governo. Sabemos que muitos dos países representados na sala estão buscando formas de garantir a proteção dos direitos autorais no cenário digital", afirmou o secretário de Direitos Autorais e Intelectuais do Ministério, Marcos Souza. Fonte: ASCOM MinC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CADE também quer regular inteligência artificial e sugere sandbox antitruste

Poder Legislativo | 28/05/2024 – 19h

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, apresentou ao Senado Federal sugestões ao projeto de lei 2338/23, que trata da regulação do desenvolvimento e uso da inteligência artificial no Brasil. O órgão antitruste quer fazer parte do Sistema Nacional de Regulação e Governança de IA (SIA) e propõe mecanismos de colaboração com outras agências, além da criação de ambientes experimentais, apelidados de sandboxes. O Cade destaca que é cada vez mais importante o desenvolvimento de ferramentas regulatórias que liderem com tecnologias avançadas, com destaque para o uso de algoritmos. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inteligência artificial: comissão tem até julho para votar regulamentação

Poder Legislativo | 28/05/2024 – 19h

Com prazo final prorrogado pela segunda vez, a Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial deve votar até o dia 17 de julho o relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO). A previsão do presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), é que a votação aconteça ainda em junho. Ele prometeu um texto avançado, com regras para o desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de inteligência artificial no Brasil. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente da Argentina quer fazer do país o 4º maior polo de IA

Poder Executivo | 28/05/2024 – 18h

Na terça-feira, 28, o presidente da Argentina Javier Milei viajou para os Estados Unidos atrás de investimentos em tecnologia e Inteligência Artificial. O presidente se encontrará com os principais líderes do setor, permanecendo no país até sexta-feira. Na última quinta-feira, 23, em entrevista ao La Nación, Milei, destacou que através de suas reuniões pretende fazer da Argentina o quarto maior polo da Inteligência Artificial. Durante o anúncio, ele também exaltou os recentes encontros que teve com Elon Musk, descrevendo-o como o maior empresário do mundo. Durante sua estadia, o líder político tem encontros marcados com Sam Altman, CEO da Open AI, Sundar Pichai, CEO do Google, Tim Cook, CEO da Apple, e com o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MP cobra medidas para identificar eventual desvio de finalidade do Copom

Poder Legislativo | 29/05/2024 – 08h21min

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) oferece uma representação ao tribunal para adoção das medidas necessárias a identificar eventuais desvios de finalidade pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na definição da taxa Selic". O subprocurador-geral do MPTCU, Lucas Furtado, assina o documento. Na peça, o subprocurador menciona que as projeções do relatório Focus "exercem grande influência" na decisão do Copom e que as instituições financeiras que respondem à pesquisa "podem ter interesse na manipulação do índice para ganhos próprios e privados indevidos e em prejuízo aos interesses públicos e ao erário". Na sexta-feira, 24, o Valor mostrou que uma parcela dos participantes do mercado tem questionado o peso dado pelo Banco Central às expectativas de inflação do Focus na condução da política monetária no curto prazo. Para alguns agentes, o mercado tem embutido nas projeções prêmios de inflação elevados, o que se intensificou após a divisão do Copom na decisão de juros do início do mês e que ajuda a contaminar a média das estimativas. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CONSUMIDOR

Câmara aprova imposto para compras internacionais de até US\$ 50

Poder Legislativo | 28/05/2024 – 22h35min

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (28) a cobrança de taxa para produtos que custam até US\$ 50 comprados em sites internacionais. Esses produtos são bastante comuns em sites como Shein e Aliexpress. A medida foi incluída dentro do Projeto de Lei 914/24, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), destinado ao desenvolvimento de tecnologias para produção de veículos que emitam menos gases de efeito estufa. Pela legislação atual, produtos importados abaixo de US\$ 50 (cerca de R\$ 255) são isentos de imposto de importação. O relator do projeto, deputado Átila Lira (PP-PI), incluiu a

taxação de 20% de imposto sobre essas compras internacionais. Até US\$ 3 mil, o imposto será de 60%, com desconto de US\$ 20 do tributo a pagar. Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Caged mostra crescimento consistente do emprego, segundo economistas

Poder Executivo | 29/05/2024 – 14h09min

O crescimento consistente no emprego formal por vários meses consecutivos indica sinais positivos na economia, afirma Rodolpho Tobler, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). A criação líquida de 240 mil empregos formais em abril, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na quarta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Emprego, reflete nas atividades econômicas mais robustas, com setores como comércio e serviços impulsionando a recuperação. Os dados do Caged reforçam um cenário positivo, com todos os setores contribuindo para a criação de empregos formais no Brasil. Segundo Tobler, a queda dos juros iniciada no ano passado tem beneficiado a indústria e o comércio, permitindo novas contratações. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Saldo de operações de crédito garantidas pela União atinge R\$ 282,07 bilhões no primeiro quadrimestre

Poder Executivo | 29/05/2024 – 12h24min

O saldo das garantias concedidas pela União a operações de crédito atingiu R\$ 282,07 bilhões ao final do primeiro quadrimestre de 2024, sendo R\$ 114,69 bilhões em operações de crédito internas e R\$ 167,39 bilhões em operações de crédito externas. Os dados foram publicados na quarta-feira (29/5) pelo Tesouro Nacional no Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas (RQG) do primeiro quadrimestre de 2024. Entre os credores, os bancos federais (BB, BNDES e Caixa) concentram 94,7% (R\$ 108,64 bilhões) das operações de crédito internas e os organismos multilaterais (BIRD, BID, CAF, entre outros) respondem por 94,5% (R\$ 158,11 bilhões) das operações de crédito externas. Entre os mutuários, o estado de São Paulo possui o maior saldo devedor em operações de crédito garantidas, com 13,1% do total (R\$ 36,89 bilhões), seguido pelo estado do Rio de Janeiro com 10,9% do total (R\$ 30,78 bilhões). Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

De cosméticos a cimento e fios, bioeconomia tem potencial de gerar US\$ 592 bilhões por ano até 2050

Poder Executivo | 29/05/2024 – 04h01min

Além de ajudar na redução das emissões de gases do efeito estufa, o avanço da bioeconomia — conjunto de atividades econômicas que empregam recursos naturais e novas tecnologias para criar produtos e serviços mais sustentáveis — tem potencial para gerar US\$ 592,6 bilhões a mais por ano para a economia brasileira até 2050. O valor equivale a aproximadamente 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2023. O dado é de um estudo feito pela Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) com instituições parceiras, que apontou a necessidade de investimentos de US\$ 257 bilhões no mesmo período para que o incremento na receita se concretize. De gigantes multinacionais a startups, empresas de vários setores têm aplicado recursos no desenvolvimento da bioeconomia, para aumentar a produtividade, expandir mercados e cumprir metas de descarbonização. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)

Missão do FMI aponta avanços do Brasil em políticas econômicas e desenvolvimento sustentável

Mercado | 28/05/2024 – 18h31min

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, na terça-feira (28/5), um comunicado positivo sobre o Brasil após a missão de avaliação sob o Artigo IV do seu Acordo Constitutivo, realizada entre os dias 15 e 27 de maio de 2024. A equipe, liderada por Ana Corbacho e Daniel Leigh, destacou os compromissos fiscais do governo, a resiliência econômica diante de desastres naturais como o que ocorre no Rio Grande do Sul, os avanços na agenda de crescimento sustentável e inclusivo, bem como a aprovação da Reforma Tributária que está em fase de implementação, como sendo pontos de destaque para o país crescer mais nos próximos anos. Tendo isso em vista, o FMI aumentou o potencial de crescimento no médio prazo do Brasil de 2% (projeção do ano passado) para 2,5%. Este acréscimo de 0,5% em relação ao ano anterior é atribuído pelo Fundo principalmente aos avanços no Plano de Transformação Ecológica e à Reforma Tributária. As projeções de crescimento no médio prazo e a convergência da inflação para a meta de 3% em 2026 estão alinhadas com as previsões da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e indicam confiança nas políticas econômicas adotadas pelo governo. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Governo terá de pagar R\$ 4,7 bi por um único precatório em 2025; fatura total é de R\$ 100 bi

Poder Executivo | 28/05/2024 – 23h

Um único precatório vai custar ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o valor de R\$ 4,74 bilhões em 2025. É o maior precatório expedido dos cerca de R\$ 100 bilhões de sentenças judiciais definitivas que a Justiça determinou ao governo pagar no ano que vem. A lista inclui cinco precatórios com valores acima de R\$ 1 bilhão, que juntos somam R\$ 15 bilhões, de acordo com o relatório do Ministério do Planejamento sobre o tema. A fatura a ser paga também conta com um precatório cuja ação originária foi ajuizada há 67 anos, em 1957. É a primeira edição do relatório, que o governo passará a divulgar com a abertura dos dados sobre essas dívidas. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso derruba 28 vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024

Poder Legislativo | 28/05/2024 – 19h38min

O Congresso Nacional derrubou 28 vetos presidenciais à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (Lei 14.791/23) e um veto ao Orçamento de 2024 (Lei 14.822/24). O deputado Eli Borges (PL-TO) defendeu a decisão do Congresso que derrubou veto e assegurou, no texto da LDO, a proibição de destinar recursos orçamentários a invasão de terras e cirurgias em crianças para mudança de sexo. “Quero conclamar as bancadas evangélica, católica e pró-vida para que possamos enfatizar e valorizar essa pauta importante, porque a pauta da vida é a pauta do direito à propriedade, é a pauta que defende a família tradicional no seu molde judaico patriarcal”, argumentou. Mas o deputado Merlong Solano (PT-PI) disse que esses itens foram vetados por não respeitarem a técnica legislativa. “Os artigos vetados constituem um atentado à técnica legislativa e não apresentam qualquer pertinência temática com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que não tem a missão de tratar sobre a ocupação de terra e sobre questões de conceito de família ou de aborto. Esses temas, embora

muito importantes, são tratados em outros instrumentos do nosso marco legal brasileiro”, disse. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO

Poder Executivo | 28/05/2024 – 19h24min

As agendas transversais, assim como os programas, conectam o planejamento de médio prazo do país, materializado no Plano Plurianual (PPA), com o orçamento, disse na terça-feira (28/5) o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos. Ao lado do representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, Morgan Doyle, Bijos abriu o seminário “Transversalidade nas Políticas Públicas – Agenda Crianças e Adolescentes.” O seminário tem como objetivo promover a troca de experiências e a difusão de conhecimento a respeito das cinco agendas transversais que estão no PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na lei orçamentária. O evento é organizado pela SOF e pela Secretaria Nacional de Planejamento do MPO, com apoio do BID, e tem como público-alvo órgãos do governo e seus servidores que trabalham com orçamento e formulação de políticas. O MPO promoveu, ainda no fim do ano passado, um seminário de caráter mais geral sobre as cinco agendas transversais – mulheres, crianças e adolescentes, povos indígenas, igualdade racial e ambiental. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso acrescenta R\$ 85,8 milhões no Orçamento 2024 para inclusão digital

Poder Legislativo | 28/05/2024 – 16h27min

O Congresso Nacional votou, durante reunião conjunta na terça-feira (28), pela inclusão de mais R\$ 85,6 milhões no Orçamento de 2024 para a inclusão digital de pessoas de baixa renda e de comunidades rurais remotas. O dinheiro irá para o Ministério das Comunicações e deverá ser aplicado diretamente em projetos e iniciativas de inclusão digital. O valor poderá ser gasto pelo ministério por meio de infraestrutura de conexão à internet e capacitação de cidadãos, por exemplo. As ações devem ser especialmente voltadas para atender às necessidades das populações de baixa renda e de comunidades rurais, remotas ou excluídas. O gasto poderá abarcar, inclusive, a construção de espaços públicos de inclusão digital. O montante é fruto de emendas aprovadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Senado e pelas comissões de Finanças e Tributação, de Comunicação e de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Congresso mantém veto a dispositivo que criminaliza a disseminação de fake news em eleições

Poder Legislativo | 28/05/2024 – 20h27min

O Congresso Nacional (sessão conjunta da Câmara e do Senado) manteve na terça-feira (28) o veto do ex-presidente Jair Bolsonaro aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, como fake news em campanhas eleitorais. Esses crimes estavam previstos no Projeto de Lei 2462/91, que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional e alterou o Código Penal, na parte relativa aos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Assim, permanecem vetados e fora da lei sancionada, entre outros pontos: crime de disseminação de fake news em campanhas eleitorais, que poderia ser punido com reclusão de 1 a 5 anos; crime de impedir, com violência ou ameaça grave, o exercício pacífico e livre de manifestação de partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, órgãos de classe ou demais grupos políticos,

associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos, que seria punível com reclusão de 1 a 4 anos ou 2 a 12 anos se disso resultar lesão grave ou morte; agravantes em todos os crimes contra o Estado de Direito quanto ao emprego de violência ou grave ameaça exercidas com emprego de arma de fogo e perda de cargo por funcionário público ou militar. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SOCIAL

Brasil tem saldo de 958 mil empregos formais em quatro meses, melhor resultado desde 2011

Mercado | 29/05/2024 – 11h22min

O Brasil terminou o mês de abril com o saldo de 240 mil empregos com carteira assinada. É o melhor resultado para o mês desde 2013 e supera com folga a marca de abril de 2023, quando foram geradas 180 mil vagas formais. A geração foi positiva em todos os grandes grupamentos de atividades econômicas: serviços (+138.309), indústria (+35.990), construção (+31.893), comércio (+27.272) e agropecuária (+6.576). Foram 2.260.439 de admissões e 2.020.406 de desligamentos nos 30 dias do mês. Os números do Novo Caged foram divulgados na quarta-feira, 29 de maio, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nos quatro meses de 2024, o acumulado é de 958.425 postos de trabalho, o melhor resultado desde 2011 (confira gráfico abaixo), com saldo positivo nos cinco grandes agrupamentos econômicos e em 26 das 27 Unidades da Federação. Considerando os últimos 12 meses, a geração alcança 1,7 milhões de postos formais. Fonte: ASCOM SECOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)